

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 12ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA DO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Distribuição por Dependência à Execução Fiscal nº 0237994-41.2021.8.19.0001

CLÍNICA TRAUMA ORTOPEDICA TIJUCA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 29.955.671/0001-98, com endereço à Rua Conde de Bonfim, nº 300, 3º andar, Tijuca, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20.520-054 (Doc. 1), vem, por seus advogados abaixo assinados (Doc. 2), com fundamento no art. 16, inciso III, da Lei nº 6.830/80 e, ainda, art. 919, §1º do CPC, opor os presentes **embargos à execução fiscal** nº 0237994-41.2021.8.19.0001 (Doc. 3), ajuizada perante este MM. Juízo pelo MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, pelos fatos e fundamento de direito a seguir expostos.

### TEMPESTIVIDADE

1. No dia 23.03.2022, foi proferido despacho às fls. 18 dos autos da execução fiscal que estabeleceu quanto à contagem do prazo para oposição de embargos à execução que:

“(…) 3. Caso o executado se encontre regularmente representado nos autos, o prazo de 30 dias para a oposição de embargos começará a contar da publicação da presente decisão, nos termos do que dispõe o artigo 12 da Lei 6.830/80.

4. Se o executado não estiver representado por advogado nos autos, o prazo de 30 dias para o oferecimento de embargos do devedor começará a contar a partir da juntada aos autos do termo de transferência de valores para o Banco do Brasil, data em que o executado deve ser reputado intimado da penhora levada a efeito. (…).”

2. Como a ora embargante não estava regularmente representada, à época, a contagem do prazo se dará de acordo com o item 4 da decisão transcrita. A juntada aos autos do termo de transferência se deu no dia 24.03.2022 (quinta-feira).

3. Assim, considerando o prazo de 30 (trinta) dias úteis para oposição, são manifestamente tempestivos os presentes embargos, protocolados hoje, 04.05.2022, muito antes de seu termo final (Lei nº 6.830/1980, art. 16, III e CPC, art. 219).

#### SÍNTESE DA DEMANDA

4. No período de 07.06.2018 a 06.08.2018, a embargante foi submetida a um processo fiscalizatório pela 1ª Gerência de Fiscalização do ISS do Município do Rio de Janeiro.

5. Em 23.07.2018, a embargante foi cientificada da lavratura dos autos de infração nºs 301.799 (Doc. 4) e 301.812 (Doc. 5), para exigência do ISS supostamente não recolhido no período de 07/2013 a 07/2014.

6. O relatório fiscal destacou que *“A empresa apresenta características de caráter empresarial para fins de pagamento do ISS, nos termos do disposto nos incisos I e IV do art. 6º da Lei nº 3.720/2004, vigente até 31/05/2014 e, posteriormente, os incisos II e VIII do art. 6º da mesma Lei, alterada pela Lei nº 5.739/2014, vigente a partir de 01/06/2014, observado a Instrução Normativa nº 23 de 08/08/2014”*.

7. Por fim, afirmou que *“Além disso, os serviços de fisioterapia não estão previstos na legislação que regulamente as sociedades uniprofissionais, conforme Lei 5.739/2014 e Decreto 39.009/2014”*.

8. Assim, procedeu ao lançamento com base nas notas fiscais emitidas mensalmente no período (Doc. 6), aplicando a alíquota de 5% (Lei nº 691/84, arts. 8º, itens 04.03 e 04.08; e 44) e descontando o valor recolhido na condição de uniprofissional, nos seguintes termos:

- **Auto de Infração nº 301.812**

<b>Competência</b>	<b>Base de Cálculo</b>	<b>Imposto</b>
11/2013	1.125,00	55,25
04/2014	1.983,30	99,16
		<b>R\$155,41</b>

\* Não consta do Quadro Demonstrativo a amortização do ISS pago na condição de sociedade uniprofissional (Decreto-Lei nº 406/1968, art. 9º, §§ 1º e 3º).

- **Auto de Infração nº 301.799**

<b>Competência</b>	<b>Base de Cálculo</b>	<b>Imposto</b>
06/2013	118.559,98	5.927,99
07/2013	147.756,56	7.387,82
08/2013	1.615,00	80,75
09/2013	251.186,33	12.559,31
10/2013	169.906,05	8.495,30
12/2013	241.449,75	12.072,48
01/2014	190.627,96	9.531,39
02/2014	137.159,56	6.857,97
03/2014	167.753,27	8.387,66
05/2014	182.520,98	9.126,04
06/2014	980,00	49,00
07/2014	171.831,23	8.591,56
		<b>R\$89.067,27</b>

\* Foram promovidas as amortizações de R\$120,62 para as competências de 06/2013 a 01/2014 e de R\$127,66 para as competências de 02/2014 a 07/2014, totalizando **R\$1.489,68**.

9. Contudo, como será demonstrado a seguir e devidamente comprovado, a aludida execução fiscal não merece prosperar em razão:

(i) da inobservância das retenções e recolhimentos do ISS realizados pela UNIMED RIO, no montante total de **R\$98.398,66** (noventa e oito mil trezentos e noventa e oito reais e sessenta e seis centavos), no período de 06/2013 a 07/2014, sobre os serviços prestados pela embargante (Doc. 7);

(ii) da ausência de comprovação, no âmbito da fiscalização, de que a embargante não fazia jus ao recolhimento do ISS, conforme estabelecido pelo art. 9º, §§ 1º e 3º, do Decreto-Lei nº 406/1968; e

(iii) de o Decreto-Lei nº 406/1968 expressamente inserir os serviços de fisioterapia de que trata o item 4.08 da lista anexa à Lei Complementar nº 116/2003, como elegíveis à apuração do ISS calculado relação a cada profissional habilitado, sócio, empregado ou não, que preste serviços em nome da sociedade.

MANIFESTA INSUBSISTÊNCIA DOS LANÇAMENTOS (CTN, ART. 142):

RETENÇÕES PELAS FONTES PAGADORAS

10. Sem maiores delongas: a apuração pela fiscalização do imposto supostamente devido pela embargante ignorou completamente as retenções de ISS promovidas pela UNIMED RIO (CNPJ/ME nº 42.163.881/0001-01 – Doc. 7), na forma do art. 7º, XV do Decreto nº 10.514/1991 (RISS/MRJ).

11. Confira-se:

Art. 7º **São responsáveis:**

(...)

XV – **as empresas que explorem serviços de planos de saúde** ou de assistência médica e hospitalar através de planos de medicina de grupo e convênios, pelo imposto devido sobre serviços **a elas prestados por:**

(...)

b) hospitais, **clínicas**, sanatórios, laboratórios de análises, de patologia, de eletricidade médica e assemelhados, ambulatorios, pronto-socorros, manicômios, casas de saúde, de repouso e de recuperação e congêneres, **estabelecidos no Município;**

12. Registre-se, ademais, que o art. 7º, §6º do RISS/MRJ admite a declaração do contratante como comprovação idônea da retenção do imposto pela fonte pagadora. Veja-se:

**§6º A retenção do imposto por parte da fonte pagadora, excetuada a hipótese do inciso XI, será consignada em documento fiscal emitido pelo prestador do serviço e comprovada mediante aposição de carimbo ou declaração do contratante em uma das vias pertencentes ao prestador, admitida, em substituição, a declaração do contratante.**

13. E assim, nos termos da lei, a UNIMED RIO procedeu com a retenção e recolhimento do imposto aos cofres do embargado. **Foi, então, emitida e submetida à embargante a declaração de que trata o supracitado dispositivo, comprovando que, no período fiscalizado, foi promovida a retenção de R\$98.396,66 (noventa e oito mil trezentos e noventa e seis reais e sessenta e seis centavos).**

14. Vê-se, desta forma, que o valor do imposto supostamente devido, apurado por meio dos autos de infração no montante de **R\$89.222,68** é inferior à soma da retenção de **R\$98.396,66** e do imposto incontroverso recolhido na condição de sociedade uniprofissional no valor de **R\$1.489,68**. **Haveria, inclusive, imposto a restituir: R\$10.663,66.**

15. Confira-se a mencionada declaração:



## DECLARAÇÃO

Em atendimento às determinações do artigo 7º parágrafo 6º do RISS-MRJ, aprovado pelo Decreto 10.514-91, declaramos ter retido o ISS no valor total de R\$ 98.398,66 (noventa e oito mil trezentos e noventa e oito reais e sessenta e seis centavos) no período de junho de 2013 a julho de 2014 sobre os serviços prestados pela empresa, conforme listado abaixo.

Empresa Prestadora dos Serviços:

**CORTIL - CL TRAUMA ORTO TIJUCA**

CNPJ:

29.955.671/0001-98

Data de Pagamento	Valor Bruto	Valor do ISS
14/06/2013	138.019,92 /	6.901,00
16/07/2013	113.762,74 /	5.688,13
16/08/2013	136.223,59 /	6.811,18
17/09/2013	133.854,87	6.692,74
16/10/2013	162.436,65 /	8.121,84
19/11/2013	141.041,89	7.052,09
17/12/2013	210.921,39 /	10.546,07
16/01/2014	142.270,91 /	7.113,55
17/01/2014	21.560,00 /	1.078,00
18/02/2014	129.195,56 /	6.459,78
24/02/2014	18.856,52	942,83
18/03/2014	165.349,17 /	8.267,46
16/04/2014	1.545,07	77,25
02/05/2014	135.701,75	6.785,09
16/05/2014	151.735,10 /	7.586,76
11/07/2014	163.159,39 /	8.157,97
22/07/2014	2.338,34	116,92
<b>TOTAL</b>		<b>98.398,66</b>

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2018.

  
Francisco Barreto  
Gerente Fiscal Tributário  
Unimed-Rio

16. Ainda que se confronte mensalmente a apuração do imposto supostamente devido no período específico das autuações, teríamos a seguinte composição, muito inferior ao montante que vem sendo exigido e já foi objeto de constrição da embargante:

COMPETÊNCIA	BASE DE CÁLCULO	ALÍQUOTA	ISS	RETENÇÃO UNIMED	SALDO
06/2013	118.559,98	5%	5.928,00	5.773,00	155,00
07/2013	147.756,56	5%	7.387,83	6.901,00	486,83
08/2013	1.615,00	5%	80,75	-	80,75
09/2013	251.186,33	5%	12.559,32	12.499,31	60,01
10/2013	169.906,05	5%	8.495,30	8.121,84	373,46
11/2013	1.125,00	5%	56,25	-	56,25
12/2013	241.449,75	5%	12.072,49	10.546,07	1.526,42
01/2014	190.627,96	5%	9.531,40	8.191,55	1.339,85
02/2014	137.159,56	5%	6.857,98	6.459,78	398,20
03/2014	167.753,27	5%	8.387,66	8.267,46	120,20
04/2014	1.983,30	5%	99,17	-	99,17
05/2014	182.520,98	5%	9.126,05	7.586,76	1.539,29
06/2014	980,00	5%	49,00	-	49,00
07/2014	171.831,23	5%	8.591,56	8.157,97	433,59
					<b>R\$6.718,01</b>

17. Como se vê, pela apuração mensal, com a redução do imposto incontestado recolhido pela embargante no montante de **R\$1.489,68**, **haveria um pequeno saldo a recolher no montante de R\$5.228,33.**

18. Desta forma, os autos de infração que deram origem às inscrições em dívida ativa que consubstanciam a execução fiscal incorreram em insanável vício material em sua elaboração, por não preencher os requisitos constantes do art. 142 do CTN, havendo evidente equívoco na construção do lançamento quanto à verificação das condições legais para exigência do tributo, no que tange ao **cálculo do montante do imposto** (supostamente) devido.

19. Confira-se o mencionado dispositivo:

Art. 142. Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a **ocorrência do fato gerador** da obrigação correspondente, **determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo** devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.

Parágrafo único. A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.

20. **A violação ao art. 142 do CTN é inquestionável, sob os dois espectros acima delineados: seja na apuração de todo o período fiscalizado ou no confronto mês a mês pelo imposto devido *versus* as retenções e recolhimentos efetuados, fato é que restaram irremediavelmente contaminadas as inscrições em dívida ativa e, conseqüentemente, a execução ora embargada.**

AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE QUE A EMBARGANTE NÃO FAZIA JUS AO RECOLHIMENTO DO ISS PRÓPRIO DAS SOCIEDADES UNIPROFISSIONAIS

21. Extraí-se da cópia integral dos processos administrativos em que foram lavrados os autos de infração (Docs. 4 e 5) a ausência de prova suficiente do lançamento para manutenção da imputação fiscal (CTN, art. 142).

22. Nunca é demais lembrar que **é ônus da autoridade fazendária apresentar as provas dos fatos imputados em auto de infração, bem como dos fatos constituintes de seu direito, sendo a carência probatória ensejadora de improcedência da autuação.**



23. Não há que se elidir a necessidade de comprovação dos fatos alegados, que incumbe ao Fisco, em face da presunção de legitimidade de que goza o ato administrativo. Sobre a matéria ensina PAULO BONILHA<sup>1</sup>:

Não há, portanto, em decorrência da presunção de legitimidade do ato de lançamento, qualquer relação direta com a repartição do ônus da prova na relação processual tributária. Não se pode pretender que a carga probatória venha a ser atribuída em função da posição processual de quem está na contingência de agir. O que importa é perquirir sobre os fatos relacionados com a situação material a que se refere a relação processual e deduzir a quem cabe o ônus da prova.

24. *In casu*, só há o parco relatório fiscal, apontando razões absolutamente genéricas para afastar a tributação da embargante na forma de uma sociedade uniprofissional de que trata o art. art. 9º, §§ 1º e 3º, do Decreto-Lei nº 406/1968. Veja-se:

**Ocorrência** : não efetuou parte do pagamento do ISS incidente sobre operações realizadas no período de Junho de 2013 a Julho de 2014, concernentes a serviços de serviços prestados por clínica e fisioterapia, previstos no(s) item(ns) 04.03 e 04.08 do artigo 8º da Lei 691/84 alterada pela Lei 3.691/2003, por erro na determinação da base de cálculo. O débito de ISS perfaz, em valor histórico, R\$ 87.696,12, calculado à alíquota de 5% sobre cada base de cálculo mensal, e deduzidos os pagamentos efetuados, tudo conforme discriminado em quadro demonstrativo anexo a este Auto de Infração. Sobre o valor corrigido monetariamente, além da multa penal, incidirão acréscimos moratórios: até 31/12/2012, nos termos do artigo 181 da Lei nº 691/84, com a redação da Lei nº 2.549/97, e posteriormente àquela data, nos termos do art. 1º da Lei 5.546/2012, observado o art. 3º, da mesma Lei. A insuficiência no recolhimento do imposto ocorreu por ter pago com base no número de sócios e não com base no valor da prestação dos serviços, sem que a empresa preenchesse os requisitos necessários de sociedade uniprofissional, prevista na Lei nº 3.720/2004, com redação dada pela Lei nº 5.739/2014. Empresa apresenta características de caráter empresarial para fins de pagamento do ISS, nos termos do disposto nos incisos I e IV do art. 6º da Lei 3.720/2004, vigente até 31/05/2014 e, posteriormente, os incisos II e VIII do art. 6º da mesma Lei, alterada pela Lei 5.739/2014, vigente a partir de 01/06/2014, observado a Instrução Normativa nº 23 de 08/08/2014. Além disso, os serviços de fisioterapia não estão previstos na legislação que regulamenta as sociedades uniprofissionais, conforme Lei 5.739/2014 e Decreto 39.009/2014.

25. E não poderia ser diferente, a fiscalização solicitou poucos documentos contábeis e fiscais e que não se relacionam com a verificação dos termos previstos na Lei nº 3.720/2004 e na IN nº 23/2014.

<sup>1</sup> BONILHA, Paulo. A Questão do Ônus da Prova e do Contraditório no Contencioso Administrativo Federal. In: ROCHA, Valdir de Oliveira (Coord.). Processo Tributário Fiscal. São Paulo: Dialética, 1995, p. 110-111.

26. Não se desconhece das dificuldades que envolvem a atividade administrativa de lançamento (CTN, art. 142). Porém, esta realidade não pode servir para convalidar procedimentos realizados ao arrepio das regras jurídicas, sob pena de instaurar-se o arbítrio em detrimento do Estado de Direito.

27. Por tal razão, é **não merece prosperar a execução ora embargada, diante dos vícios contidos nos autos de infração que afastaram a tributação privilegiada do art. 9º, §§ 1º e 3º, do Decreto-Lei nº 406/1968, sem a devida e necessária comprovação.**

SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA ELEGÍVEIS À TRIBUTAÇÃO PRIVILEGIADA DE  
QUE TRATA O DECRETO-LEI Nº 406/1968

28. Por fim, impõe arguir que não há qualquer restrição prevista no Decreto-Lei nº 406/1968 quanto à elegibilidade dos serviços de fisioterapia à tributação facultada às sociedades uniprofissionais.

29. A citada regulamentação não poderia restringir o teor do que prevê não só o aludido Decreto-Lei, como também a própria Lei Complementar nº 116/2003 que expressamente insere os serviços de fisioterapia no item 4.08 da lista anexa. Veja-se os dispositivos legais:

Art 9º A base de cálculo do imposto é o preço do serviço.

§ 1º Quando se tratar de prestação de serviços sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, o imposto será calculado, por meio de alíquotas fixas ou variáveis, em função da natureza do serviço ou de outros fatores pertinentes, nestes não compreendida a importância paga a título de remuneração do próprio trabalho.

(...)

**§ 3º Quando os serviços a que se referem os itens 1, 4, 8, 25, 52, 88, 89, 90, 91 e 92 da lista anexa forem prestados por sociedades, estas ficarão sujeitas ao imposto na forma do § 1º, calculado em relação a cada profissional habilitado, sócio, empregado ou não, que preste serviços em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal, nos termos da lei aplicável.**

**Lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003.**

(...)

**4.08** – Terapia ocupacional, **fisioterapia** e fonoaudiologia.

30. A regulamentação municipal jamais poderia restringir os termos do previsto em Lei Complementar Federal, de caráter nacional, editada justamente para evitar situações como a presente entre os mais de 5.568 Municípios da Federação.

31. Desta forma, **se mostra absolutamente ilegal a restrição imposta pela fiscalização com base na legislação do Município do Rio de Janeiro, ao fundamentar o afastamento da tributação privilegiada da embargante na impossibilidade de fruição do benefício fiscal aos serviços de fisioterapia**, restando mancomunados, por mais este motivo, os autos de infração lavrados.

#### PROVAS PERICIAL E DOCUMENTAL SUPLEMENTAR NECESSÁRIAS

32. Diante da lide posta nos presentes autos, se faz necessária a produção de prova documental suplementar (CPC, arts. 434 e seguintes) e pericial (CPC, arts. 464 e seguintes) que terão como escopo esclarecer eventuais dúvidas relativas à presente controvérsia, bem como comprovar o direito da embargante.

IMPRESINDÍVEL EFEITO SUSPENSIVO (CPC, art. 919, §1º)

IMPOSITIVA ANOTAÇÃO DA SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE  
DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO (CTN, ART. 151, II)

33. Ainda que a Lei nº 6.830/80 nada disponha sobre a concessão de efeito suspensivo aos embargos à execução, certo é que o CPC prevê, expressamente, esta possibilidade (CPC, art. 919, §1º).

34. A matéria (alvo de muita discussão) foi recentemente pacificada pelo STJ. No julgamento do REsp nº 1.272.827/PE, submetido à sistemática dos recursos repetitivos, entendeu-se que para concessão do efeito suspensivo aos embargos à execução fiscal, é necessária a configuração dos seguintes requisitos: **(i)** a apresentação de garantia; **(ii)** a relevância da fundamentação (*fumus boni iuris*); **(iii)** e o perigo de dano irreparável ou de difícil reparação (*periculum in mora*).

35. *In casu*, todos os requisitos se fazem presentes, a saber: **(i)** a execução fiscal já se encontra garantida integralmente pela constrição patrimonial via SISBAJUD, compreendendo os valores do principal, multa, juros, honorários sucumbenciais e custas judiciais – atraindo inclusive a suspensão da exigibilidade do crédito tributário de que trata o art. 151, II do CTN; **(ii)** o *fumus boni iuris* é evidente, decorrendo **(a)** da inobservância das retenções e recolhimentos do ISS realizados pela UNIMED RIO, no montante total de R\$98.398,66 (noventa e oito mil trezentos e noventa e oito reais e sessenta e seis centavos), no período de 06/2013 a 07/2014; e **(b)** da ausência de comprovação, no âmbito da fiscalização, de que a embargante não fazia jus ao recolhimento do ISS, conforme estabelecido pelo art. 9º, §§ 1º e 3º, do Decreto-Lei nº 406/1968; e **(c)** do fato de o Decreto-Lei nº 406/1968 expressamente inserir os serviços de fisioterapia de que trata o item 4.08 da

lista anexa à Lei Complementar nº 116/2003, como elegíveis à apuração do ISS calculado relação a cada profissional habilitado, sócio, empregado ou não, que preste serviços em nome da sociedade; e **(iii)** o *periculum in mora* decorre dos graves prejuízos que a embargante vem sofrendo por conta de uma cobrança manifestamente indevida e de já ter seu patrimônio afetado, bem como da impossibilidade de emissão de sua certidão de regularidade fiscal.

36. Ressalte-se, ainda, que a supressão do efeito suspensivo dos embargos à execução viola frontalmente o direito de propriedade, o *due process of law*, contraditório e da ampla defesa (art. 5º, XII, LIV e LV, CF).

37. É inadmissível que o sujeito passivo seja imediatamente privado de seus bens em razão de suposta dívida que não reconheceu e que nem foi declarada pelo Estado-juiz em processo contraditório e regular. Sobre o devido processo legal, confira-se a advertência de CELSO RIBEIRO BASTOS<sup>2</sup>:

“O processo, no mundo moderno, é manifestação de um direito da pessoa humana. Por esta razão, as Constituições se interessam por discipliná-lo, a fim de impedir que leis mal elaboradas possam levar à sua desnaturação, com o conseqüente prejuízo dos direitos subjetivos que deve amparar. O grande processualista Couture fala mesmo em uma tutela constitucional do processo e que tem o seguinte conteúdo: ‘1º – a existência de um processo contemplado na própria Constituição. Em seguida, a lei deve instituir este processo, ficando-lhe vedada qualquer forma que torne ilusória a garantia materializada na Constituição. Qualquer lei que burle este propósito é inconstitucional. Finalmente devem ter existir meios efetivos de controle da constitucionalidade das leis a fim de anular estas tentativas de desnaturação’ (Fundamentos del derecho processual civil, p. 148).”

38. Portanto, confia a embargante no deferimento do pedido de efeito suspensivo ora formulado, com a anotação da suspensão da exigibilidade do crédito tributário, na forma do art. 151, II do CTN.

---

<sup>2</sup> Comentários à Constituição do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 2º v. São Paulo: Saraiva, 1988-1989, p. 260-261.

\*

\*

\*

39. Pelo exposto, vem a embargante requerer a V. Exa., inicialmente, se digne receber os presentes embargos à execução, atribuindo-lhes efeito suspensivo, na forma do art. 919, §1º do CPC, com a consequente anotação da suspensão da exigibilidade do crédito tributário na forma do art. 151, II do CTN, em razão da penhora em dinheiro do montante integral ora em cobrança.

40. Requer ainda a intimação do embargado, para, querendo, impugnar os presentes embargos, sob pena de revelia, esperando sejam julgados inteiramente procedentes, para extinguir a presente execução fiscal por sua mais absoluta insubsistência.

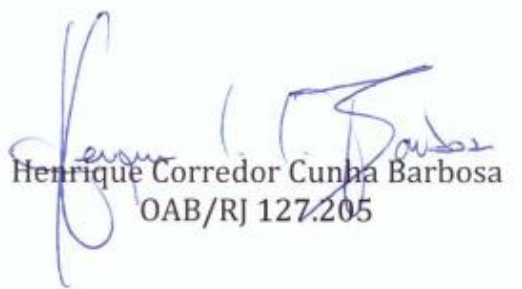
41. Requer, por fim, seja o embargado condenado nas custas e honorários advocatícios fixados nos termos do art. 85, §3º do CPC, incidentes sobre o valor do proveito econômico obtido.

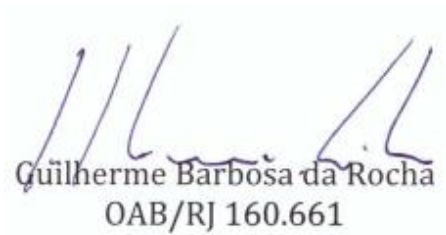
42. Protesta pela produção de prova documental suplementar e pericial contábil.

43. Dá-se à causa o valor de R\$ R\$441.931,15 (quatrocentos e quarenta e um mil novecentos e trinta e um reais e quinze centavos) e requer, para os fins dos arts. 77, V e 272, §5º do CPC, que as futuras intimações sejam feitas exclusivamente em nome dos signatários, sob pena de nulidade, no endereço constante do timbre da primeira folha desta petição inicial e, eletronicamente em [henriquebarbosa@raphaelmiranda.adv.br](mailto:henriquebarbosa@raphaelmiranda.adv.br) e [guilhermerocha@raphaelmiranda.adv.br](mailto:guilhermerocha@raphaelmiranda.adv.br).

Nestes termos,  
P. deferimento.

Rio de Janeiro, 4 de maio de 2022

  
Henrique Corredor Cunha Barbosa  
OAB/RJ 127.205

  
Guilherme Barbosa da Rocha  
OAB/RJ 160.661